Junho e Julho de 2012 – Curso de inglês, ministrado nas instalações da Presidência do Conselho de Ministros.

Experiência Profissional:

Desempenhou funções de motorista profissional efetivo desde 1 de Junho de 1976 até à presente data;

De 1 de Junho de 1976 a 26 de dezembro de 1988 desempenhou funções de motorista em duas empresas distribuidoras de jornais e revistas;

De 27 de dezembro de 1988 a 1 de janeiro de 1995 desempenhou funções de motorista de pesados na Faculdade de Ciências de Lisboa, entrando no quadro de pessoal por concurso externo de ingresso;

De 2 de janeiro de 1955 a 29 de fevereiro de 1996, motorista de ligeiros na Secretaria-Geral do ex-Ministério da Industria e Energia, atual Ministério de Economia e Inovação para cujo quadro de pessoa entrei por concurso geral de ingresso;

De 1 de março de 1966 até à presente data, motorista da Presidência do Conselho de Ministros, tendo desempenhado as seguintes funções:

● De 1 de março de 1996 até abril de 2002, motorista no Gabinete do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. (ACIME);

● De abril de 2002 a maio de 2005, motorista no Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e posteriormente no gabinete do Secretário-Geral do SIRP;

● De maio de 2005 até fevereiro de 2008 motorista do ex-Alto Comissário para a imigração e Minorias Étnicas (ACIME);

● De fevereiro de 2008 até 14 de maio de 2013, motorista da Sra. Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACID).

14222013

Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema I. P.

Aviso n.º 7914/2013

Nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 59/2010, de 7 de junho, e de acordo com os Estatutos da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P., publicados através da Portaria n.º 374/2007, de 30 de março, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 560/2010, de 23 de julho, é divisão da Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, I. P., a Divisão de Gestão, dirigida por um chefe de divisão, cargo de direção intermédia de 2.º grau. Considerando a necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, torna-se necessário nomear, em regime de substituição, o Chefe da Divisão de Gestão. Atendendo ao perfil, competências técnicas e pessoais e à aptidão da licenciada Margarida Maria Nunes Pereira Gil, técnica superior do mapa de pessoal da Direção-Geral do Consumidor, do Ministério das Economia e do Emprego e considerando que a mesma licenciada reúne os requisitos legais exigidos no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, e alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, conforme decorre da nota curricular anexa ao presente despacho:

1 — Nomeio, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 27.º da citada Lei n.º 2/2004, em regime de substituição, no cargo de Chefe da Divisão de Gestão, a licenciada Margarida Maria Nunes Pereira Gil, técnica superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral do Consumidor.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de junho de 2011.

Nota Curricular

I — Dados pessoais e profissionais:

Nome: Margarida Maria Nunes Pereira Gil

Data de Nascimento: 9 de janeiro de 1974

Habilitações académicas: pós-graduação em Economia e Políticas Públicas com especialização em 'sustentabilidade e inclusão social', Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, em 2007; licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, em 1996.

Categoria, Carreira e organismo de origem: técnica superior da carreira com a mesma designação, do quadro de pessoal da Direção-Geral do Consumidor

II — Experiência Profissional na Administração Pública:

Desde janeiro 2011: Direção-Geral do Consumidor, técnica superior do Núcleo de Apoio à Direção — funções na área do planeamento, acompanhamento de projetos, seleção de indicadores de desempenho da atividade (designadamente para a Rede Nacional de Centros de Arbitragem Institucionalizada); *benchmarking* internacional; preparação do regulamento para o Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores e preparação do respetivo manual de procedimentos.

De janeiro 2009 a dezembro 2010: Direção-Geral de Reinserção Social, técnica superior da Direção de Serviços de Estudos e Planeamento — funções na área do planeamento estratégico e operacional e monitorização da atividade (*Balanced Scorecard*), tratamento e análise de dados para obtenção de indicadores de gestão, participação em grupo de trabalho na área da qualidade, financiamento e produção legislativa.

De outubro 2006 a dezembro 2008: Direção-Geral do Consumidor, técnica superior da Direção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança no Consumo, na Divisão de Estudos e Estatística Aplicada à Política do Consumidor e na Divisão Apoio e Planeamento — elaboração de estudos na área de defesa do Consumidor, elaboração dos Orçamentos de Funcionamento e PIDDAC, coorganização da Semana de Prevenção da Fraude 2008, preparação de documentos na área das relações internacionais (União Europeia e organismos internacionais de cooperação), representação no 100.º Fórum da Concorrência da OCDE, na 75.ª reunião do Comité de Política dos Consumidores da OCDE e na Conferência do ICPEN-Chile, participação em grupos de trabalho sobre áreas de interesse (no setor financeiro) para os consumidores, acompanhamento estatístico do Livro de Reclamações.

De janeiro 2002 a setembro 2006: Instituto Português do Património Arquitetónico, técnica superior no Departamento de Planeamento e Gestão — acompanhamento da execução física, material e financeira de projetos com candidaturas aprovadas ao QCA (Programas Operacional sectoriais e Regionais) e a outras iniciativas comunitárias (INTERREG, Cultura 2000), acompanhamento e monitorização do PIDDAC.

De março 2000 a dezembro 2001: Direção-Geral dos Impostos, técnica de administração tributária adjunta estagiária nos Serviços Locais de Finanças da Lourinhã e de Alcobaça — secções de IVA, impostos sobre o rendimento, impostos sobre o património, contencioso e execuções fiscais.

III — Formações Relevantes para a área funcional realizadas nos últimos 4 anos:

Em 2010: Gestão de Projetos.

Em 2010: O Modelo de Excelência da EFQM e a norma NP 9001:2008.

Em 2009-2010: CADAP — Curso de Alta Direção em Administração Pública.

Em 2009: Gestão por Objetivos.

7 de dezembro de 2012. — A Diretora, *Maria João Seixas*.

207043893

Inspeção-Geral das Atividades Culturais

Louvor n.º 567/2013

Por ocasião do falecimento, no passado dia 27 de abril de 2013, do Engenheiro Joaquim Manuel da Silva Valente, Técnico Superior da Inspeção-Geral das Atividades Culturais, amplamente merecedor de especial reconhecimento público, pelo seu empenho, entrega e dedicação à causa pública, presto público louvor:

Engenheiro Civil, licenciado pelo Instituto Superior Técnico e com o título de especialista em segurança outorgado pela Ordem dos Engenheiros de par com vários outros títulos, graus de especialização e de pós graduação atribuídos, o Engenheiro Joaquim Valente, foi, durante largos anos reconhecido entre aqueles que com ele trabalharam, privaram ou usufruíram da sua intervenção na qualidade de proprietários ou exploradores de recintos de espetáculos de natureza artística, provavelmente o maior e mais respeitado especialista em Portugal naquela área que, mercê da sua enorme sabedoria e sensatez beneficiaram nas últimas décadas de melhorias extraordinariamente notáveis.

Ingressou em 1989 na então Direção-geral dos Espetáculos, à qual a IGAC sucedeu nas competências e atribuições, onde desempenhou com notável brio os cargos de Chefe de Divisão, de Diretor do Serviço de Licenciamento de Recintos e de Chefe da Equipa Multidisciplinar dos Recintos de Espetáculos de Natureza Artística. Desde 2009 estava constituído como Vogal da Comissão Executiva da Especialização em Engenharia da Segurança na Ordem dos Engenheiros.

Participou nos mais variados projetos e empenhou-se nas mais diversas atividades, designadamente na direção e coordenação da atividade de licenciamento de recintos de espetáculos; na análise de projetos e vistorias técnicas aos recintos de espetáculos, na coordenação de ações de inspeção e fiscalização aos recintos de espetáculos; na participação em comissões e grupos de trabalho para a elaboração de regulamentos da especialidade e de projetos de legislação que careciam de intervenção da IGAC e na apresentação, nos mais diversos fóruns da especialidade,